

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.384 - RS (2018/0238942-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : MARCOS TUBINO BORTOLAN E OUTRO(S) - RS036584**  
**AGRAVADO : ROSINA GALLO DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARI CLEI MACHADO CORRÊA**  
**ADVOGADOS : MARI CLEI MACHADO CORREA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS051015**  
**GRETA CORREA GAUER - RS086975**

**EMENTA**

**PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO LEGAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STF E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial pelo teor das Súmulas 7 e 83 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão oriundo da Vigésima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 77-88):

APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA NÃO VERIFICADA. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA.

Prescrição da Pretensão Executória - Embora o considerável tempo de tramitação processual decorrido, descabe reconhecer como prescrito o direito à execução do crédito. Imperiosa a aplicação do princípio da actio nata, pelo qual se considera a prescrição, para fins de promoção da ação executiva, não do trânsito em julgado da sentença, mas sim da, data do efetivo conhecimento, pelo credor, dos documentos indispensáveis à realização do cálculo. É deste marco temporal que o credor pode demandar judicialmente a satisfação de seu crédito.

Prequestionamento - Observado o princípio do livre convencimento motivado, são considerados devidamente prequestionados os dispositivos suscitados pelas partes.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos pelos autores foram rejeitados (fls. 101-112).

O recorrente em suas razões alega violação do ao artigo 524, do CPC/15, 475-B, do CPC/73, artigos 197 a 204 e 884, 885 e 886 do Código Civil e 1º do Decreto n. 20.910/32. Para tanto, sustenta que "o atraso ou dificuldade na obtenção de documentos, fichas financeiras, por exemplo, não altera o termo inicial da prescrição da pretensão executória, posto que, ainda que tais documentos estejam em poder do

executado, cumpre ao exequente requisitar ao juiz para que os apresente" (fls. 122; 134; e 136, e-STJ).

Requerem ao final o provimento do recurso, "a fim de julgar o recurso especial, formando, na íntegra, a decisão regional que não conheceu a prescrição da pretensão executória" (fl. 137, e-STJ).

Contrarrazões oferecidas às fls. 151-160.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

No caso concreto, o acórdão recorrido manteve a sentença em apelação, que não conheceu a materialização do instituto da prescrição da pretensão executiva, ao fundamentando de que "não se pode atribuir à parte menos privilegiada da relação todo ônus pela tramitação do feito, quando couber a devedora fornecer documento cuja facilidade de confecção é adstrita a sua função, sendo que o prazo prescricional não flui enquanto o credor promove diligências para elaborar a memória de cálculo necessária à instrução da ação de execução" (fls. 86-87, e-STJ).

De início, observa-se que à alegada violação dos arts. 475-B, do CPC/73, 189, do Código Civil e 1º do Decreto n. 20.910/1932, não merece prosperar, porquanto o acórdão recorrido examinou em detalhe os argumentos do recurso, apresentando fundamentos suficientes e claros para rejeitar as alegações defensivas.

Ademais, observa-se inexistirem as omissões alegadas, porquanto o inconformismo do embargante não diz respeito a eventual vício de integração do acórdão impugnado, mas à interpretação que lhe foi desfavorável, motivação essa que não se enquadra nas hipóteses de cabimento dos aclaratórios.

Acerca da alegada violação dos arts. 884, 885 e 886 do Código Civil, o recurso não merece conhecimento, haja vista a falta de prequestionamento dos referidos dispositivos legais. É inadmissível o recurso especial, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada. Incidência da Súmula 282/STF.

No mais, a instância ordinária é categórica ao afirmar que a exequente promoveu diversas diligências para elaborar a memória de cálculo necessária à execução da ação de execução, concluindo que o lapso prescricional da ação de execução só tem início quando finda a liquidação. Desconstituir tal conclusão, a qual se mostra conforme à jurisprudência do STJ, implica necessário reexame de fatos e provas, o que inviabiliza sua análise em sede de especial, em face do óbice anunciado pela Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CÁLCULOS APRESENTADOS DO VALOR COBRADO SEM INFORMAÇÃO DE DADOS OFICIAIS. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. No acórdão recorrido ficou consignado: "De fato, não há que se falar em nulidade da execução, vez que inexiste obrigação de fazer consistente na apresentação de planilhas. No caso, o valor da condenação depende de meros cálculos aritméticos, que foram apresentados pelo credor quando do pedido de cumprimento da sentença, nos moldes do artigo 475-B do Código de Processo Penal.

Cabia à devedora a impugnação de tais cálculos por meio de embargos à execução. Como é cediço, é a embargante a fonte pagadora dos proventos cujos atrasados ora se pleiteia, de modo que o exequente não possui a

obrigação de apresentar os aludidos informes, ônus que cabia à Fazenda Pública".

2. As conclusões da Corte a quo acerca da apresentação dos informes oficiais decorreram da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos. Assim, o eventual conhecimento do presente Especial, quanto aos pontos elencados no apelo, demandaria o reexame fático-probatório da questão versada nos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1694438/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2017)

Ante o exposto, **conheço do agravo para, desde logo, negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

